

Reformas e Bird

Os negociadores brasileiros da dívida com os bancos credores já ingressaram na fase final das discussões técnicas, mas está surgindo novo problema capaz de levar a uma situação delicada. Com efeito, no quadro do chamado Plano Brady, o país devedor precisa contar com recursos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), organismos multilaterais, para oferecer garantias aos bancos credores, que transformam em títulos de longo prazo os seus créditos.

De repente, descobre-se que o Banco Mundial (Bird), que parecia ter assumido o compromisso de nos emprestar, num esquema de rápido desembolso, US\$ 1,5 bilhão, estaria relutando em efetuar tal operação. Ficariamos assim na contingência de cobrir sério rombo para concluir a negociação com os bancos. Há uma sutil partilha das responsabilidades entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O primeiro cuida do curto prazo e se interessa por

reformas imediatas tanto no plano monetário quanto fiscal. O segundo, ao contrário, avalia os pedidos de ajuda numa visão de maior prazo, que exige reformas estruturais de longo alcance.

Os dirigentes do Banco Mundial se haviam comprometido a liberar os recursos pleiteados para fechar o acordo com os bancos credores, com a promessa, do Brasil, de proceder a uma profunda reforma estrutural, incluída tanto no Emendão quanto na reformulação da política tributária. Ocorre que, até agora, não deu o Brasil nenhum passo nessa direção.

A comissão encarregada de elaborar um projeto de reforma tributária já iniciou seus trabalhos e deverá entregar um anteprojeto até julho. Trata-se, porém, de um texto que dificilmente poderá ser acolhido por um Congresso em que dominam as bancadas do Norte e Nordeste. Quanto ao Emendão, fica perdido na luta que o Poder Executivo mantém para construir uma maioria.

Enquanto isso ocorre, o tempo se esvai.